

# JUSTIÇA MULTIPORTAS

**Trícia  
Navarro**

**Prefácio do Ministro  
Luís Roberto Barroso**

**Apresentação de  
Fredie Didier Jr.**

- Teoria da Justiça Multiportas
  - Justiça Consensual
  - Justiça e Autotutela
    - Justiça Estatal
    - Justiça Arbitral
    - Justiça Digital
- Temas de Justiça Multiportas  
(Eleitoral; Penal; Administração Pública;  
Licitações e Contratos Administrativos;  
Tributária; Improbidade Administrativa;  
Tutela de Direitos Coletivos e Estruturais;  
Ambiental; Saúde; Trabalhista;  
Empresarial; Recuperação Judicial;

2024 © Editora Foco  
**Autora:** Trícia Navarro  
**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira  
**Editor:** Roberta Densa  
**Assistente Editorial:** Paula Morishita  
**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias  
**Capa Criação:** Leonardo Hermano  
**Diagramação:** Ladislau Lima e Aparecida Lima  
**Impressão miolo e capa:** DOCUPRINT

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações e erratas:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (12.2023) – Data de Fechamento (12.2023)

**2024**

Todos os direitos reservados à  
Editora Foco Jurídico Ltda.  
Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol  
CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP  
E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)  
[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	V
APRESENTAÇÃO.....	V
NOTA DA AUTORA.....	VII
CAPÍTULO I – TEORIA DA JUSTIÇA MULTIORTAS .....	1
1. Noções introdutórias.....	1
2. Origem da Justiça Multiportas.....	4
3. Conceito de Justiça Multiportas.....	7
4. Objeto da teoria da Justiça Multiportas.....	8
4.1 Moderna teoria do conflito .....	9
5. Características da teoria da Justiça Multiportas .....	11
6. Impactos da Justiça Multiportas .....	13
7. A constitucionalização da Justiça Multiportas.....	15
8. Evolução legislativa da Justiça Multiportas .....	22
9. Premissas ideológicas.....	30
9.1 Princípio do acesso à Justiça Multiportas.....	30
9.2 Princípio da primazia da consensualidade .....	32
9.3 Princípio da cooperação .....	35
9.4 Princípio da atipicidade dos ambientes e métodos de resolução de conflitos. ....	37
9.5 Princípio da adequação.....	38
9.5.1 A imprescindibilidade da triagem .....	40
9.6 Princípio da eficiência do tratamento de conflitos .....	41
9.7 Princípio da extrajudicialização, desestatização ou desjudicialização dos conflitos.....	45
10. Métodos e ambientes diferentes, híbridos e potencialmente interconectados .....	52
10.1 Principais métodos de tratamento de conflitos .....	53
10.2 Principais ambientes de prevenção e resolução de conflitos.....	54
11. Atores da Justiça Multiportas.....	57
12. Devido processo legal e Justiça Multiportas .....	58
13. Futuro da Justiça Multiportas .....	59

CAPÍTULO II JUSTIÇA CONSENSUAL .....	61
1. Premissas iniciais.....	61
2. Autocomposição .....	62
3. Negociação.....	65
4. Conciliação.....	70
4.1 Conciliação pelo juiz .....	73
5. Mediação.....	75
5.1 Principais aspectos da Lei de Mediação.....	79
5.2 A mediação e o CPC.....	80
5.3 Comparativo entre a Lei de Mediação e o CPC/2015.....	82
5.3.1 Incidência e conceito da mediação.....	82
5.3.2 Escolha do mediador e princípios .....	83
5.3.3 Objeto da mediação .....	83
5.3.4 A designação do mediador.....	85
5.3.5 Atividades do mediador.....	86
5.3.6 Gratuidade da mediação.....	87
5.3.7 Impedimento e suspeição do mediador.....	89
5.3.8 Dever de revelação do mediador .....	90
5.3.9 Da impossibilidade do exercício da mediação.....	91
5.3.10 O tratamento legal dos mediadores.....	92
5.4 Do procedimento.....	93
5.5 A confidencialidade.....	98
5.6 Mediação e Administração Pública.....	98
5.7 Disposições gerais.....	99
5.8 Direito intertemporal.....	100
5.10 Ambientes da mediação.....	102
5.11 Etapas da mediação .....	103
5.11.1 Técnicas de mediação.....	104
6. Regime jurídico da conciliação e da mediação.....	104
6.1 Assistência jurídica na mediação.....	108
6.1.1 A mediação extrajudicial .....	108
6.1.2 A facultatividade sugerida pela lei .....	110
6.1.3 A importância da participação dos advogados e defensores públicos .....	114
6.1.4 A necessidade de equilíbrio no procedimento .....	116
7. Diferentes interseções da mediação .....	117

7.1	Mediação comunitária .....	117
7.2	Mediação escolar.....	119
7.3	Mediação e interdisciplinariedade.....	121
7.3.1	Sociologia e a mediação .....	123
7.3.2	Psicologia e a mediação .....	123
7.3.3	Antropologia e a mediação.....	123
7.3.4	Direito e a mediação .....	124
8.	Outros métodos autocompositivos .....	125
8.1	Compromisso de ajustamento de conduta.....	125
8.2	Comitês de resolução de disputas ( <i>dispute boards</i> ).....	130
8.3	Dispute Systems Design (DSD) .....	131
8.4	Justiça restaurativa.....	133
CAPÍTULO III – JUSTIÇA E AUTOTUTELA.....		139
1.	Contextualização do tema .....	139
2.	Fundamentos da autotutela.....	140
3.	Categorias de autotutela.....	144
4.	Exemplos de autotutela .....	144
CAPÍTULO IV JUSTIÇA ESTATAL .....		149
1.	Poder judiciário brasileiro.....	149
2.	Conselho Nacional de Justiça.....	150
2.1	Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses.....	155
2.2	Principais aspectos da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça .....	156
2.3	As alterações da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça.....	158
2.4	Outras iniciativas do CNJ envolvendo conciliação e mediação .....	161
2.5	Os principais desafios práticos da política nacional de tratamento adequado de conflito .....	163
2.6	CNJ e Justiça Multiportas .....	165
3.	Características do poder judiciário .....	166
3.1	Notas sobre a jurisdição.....	166
3.2	Jurisdição e processo .....	170
3.3	Considerações sobre o Código de Processo Civil.....	172
3.4	Processo contemporâneo .....	173
3.5	Governança judicial.....	174
3.5.1	<i>Case management</i> no Brasil.....	177

3.5.2	Papel do juiz no gerenciamento do processo .....	179
3.5.3	Formas de gerenciamento do processo .....	180
3.5.3.1	Gestão do conflito .....	182
3.5.3.2	Gestão do procedimento .....	184
3.5.3.3	Requisitos do gerenciamento processual pelo juiz.....	190
4.	Conclusão sobre <i>case management</i> .....	191
5.	Atos de disposição processual.....	192
5.1	Desistência .....	193
5.2	Renúncia à pretensão .....	197
5.3	Reconhecimento do pedido .....	198
5.4	Acordos judiciais.....	199
5.4.1	Política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses	199
5.4.2	Terminologia, abrangência e requisitos dos acordos .....	207
5.5	Convenções processuais.....	214
5.5.1	Evolução legislativa.....	214
5.5.2	Conceito e terminologia .....	216
5.5.3	Constituição e natureza jurídica .....	218
5.5.4	Forma .....	220
5.5.5	Objeto .....	221
5.5.6	Espécies .....	223
5.5.7	Requisitos de validade específicos .....	224
5.5.8	Regime jurídico .....	230
5.5.9	Modificação e extinção .....	233
5.5.10	Convenções processuais sobre a mediação e o mediador .....	234
5.6	Calendário Processual .....	240
5.7	Controle judicial dos atos de disposição processual .....	246
5.7.1	Fontes de controle .....	246
5.7.2	Atuação judicial sobre os atos de disposição .....	246
5.7.3	Limites dos atos de disposição processual .....	250
5.7.3.1	Direitos fundamentais .....	250
5.7.3.2	Garantias processuais.....	253
5.7.3.3	Reserva legal.....	254
5.7.3.4	Prerrogativas do juiz .....	254
5.7.3.5	Administração judiciária.....	256
5.7.3.6	Proteção a terceiros.....	258
5.7.4	Consequências do controle judicial.....	258

6.	Juizados especiais.....	261
7.	CPC e a política judiciária de tratamento adequado e conflitos .....	264
7.1	Comentários ao artigo 3º do CPC .....	265
7.2	Artigo 149 do CPC .....	266
7.3	Comentários aos artigos 165 a 175 do CPC.....	267
7.3.1	Artigo 165 .....	267
7.3.2	Artigo 166 .....	270
7.3.3	Artigo 167 .....	273
7.3.4	Artigo 168 .....	276
7.3.5	Artigo 169 .....	277
7.3.6	Artigo 170 .....	278
7.3.7	Artigo 171 .....	279
7.3.8	Artigo 172 .....	279
7.3.9	Artigo 173 .....	280
7.3.10	Artigo 174 .....	281
7.3.11	Artigo 175 .....	283
7.4	Artigo 334 .....	285
7.5	Notas sobre o Artigo 381, II, do CPC .....	309
7.6	Audiência autônoma de autocomposição.....	311
7.7	Autocomposição no âmbito recursal .....	313
7.8	Autocomposição e IRDR .....	314
8.	Tribunais superiores multiportas.....	321
8.1	Supremo Tribunal Federal.....	321
8.1.1	Jurisdição constitucional consensual .....	322
8.2	Superior Tribunal de Justiça STJ.....	326
8.3	Tribunal Superior do Trabalho TST.....	331
CAPÍTULO V JUSTIÇA ARBITRAL .....		333
1.	Introdução .....	333
2.	Evolução da arbitragem no Brasil.....	334
3.	Jurisdição estatal x jurisdição arbitral.....	337
4.	Principais aspectos da lei de arbitragem.....	341
5.	Notas sobre a arbitragem expedita .....	343
6.	Arbitragem e CPC .....	345
7.	A lei de mediação e seus reflexos na arbitragem .....	347
8.	Cooperação entre justiça arbitral e justiça estatal .....	349

9. Arbitragem e tecnologia.....	352
10. O controle judicial da arbitragem .....	354
11. Desafios da arbitragem .....	363
<b>CAPÍTULO VI JUSTIÇA DIGITAL.....</b>	<b>367</b>
1. Introdução .....	367
2. Inovação e tecnologia.....	368
2.1 Marcos legislativos.....	369
3. Cortes <i>on-line</i> .....	371
4. Acesso à justiça digital .....	372
4.1 A evolução dos serviços digitais .....	372
4.2 Processo civil, tecnologia e <i>case management</i> .....	374
5. Governança digital do CNJ .....	376
5.1 Principais serviços digitais desenvolvidos pelo CNJ.....	378
5.1.1 Processo Judicial Eletrônico .....	379
5.1.2 Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-BR.....	379
5.1.3 Datajud.....	379
5.1.4 Juízo 100% digital .....	380
5.1.5 Núcleo de justiça 4.0.....	381
5.1.6 Balcão virtual.....	381
5.1.7 Sinapses .....	382
5.1.8 Portal de serviços .....	382
5.1.9 Proteção aos excluídos digitais.....	383
6. ODR.....	385
7. Inteligência artificial no poder judiciário .....	389
7.1 Premissas iniciais.....	389
7.2 Evolução legislativa sobre tecnologia e inteligência artificial no Poder Judiciário.....	391
7.3 Sistemas de inteligência artificial no âmbito dos tribunais.....	393
7.4 Princípios éticos relacionados à inteligência artificial .....	394
7.5 Benefícios da inteligência artificial no poder judiciário .....	397
7.6 Aspectos preocupantes da inteligência artificial no judiciário.....	398
7.7 Propostas de melhoria do uso da inteligência artificial no Poder Judiciário ...	400
8. Notas conclusivas .....	401
<b>CAPÍTULO VII TEMAS DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....</b>	<b>403</b>
1. JUSTIÇA MULTIPORTAS, INTERESSE DE AGIR E PRETENSÃO RESISTIDA.....	403



1.1	Introdução .....	403
1.2	A reconfiguração do interesse de agir.....	408
1.3	Controle judicial .....	413
2.	JUSTIÇA MULTIPORTAS ELEITORAL .....	415
1.	Premissas iniciais .....	415
2.	Breves notas sobre o direito eleitoral.....	415
3.	Conflitos da justiça eleitoral.....	417
4.	Justiça multiportas eleitoral.....	419
5.	Espécies autocompositivas no âmbito eleitoral .....	420
5.1	Conciliação e mediação .....	420
5.2	Cooperação processual e cooperação judiciária.....	424
5.3	Autocomposição no âmbito penal eleitoral.....	425
6.	Conclusão .....	426
3.	JUSTIÇA MULTIPORTAS NO ÂMBITO PENAL .....	429
1.	Introdução .....	429
2.	Composição civil, transação penal e suspensão do processo.....	431
3.	Acordo de leniência.....	432
4.	Colaboração premiada .....	433
5.	Acordo de não persecução penal.....	434
6.	Justiça restaurativa.....	436
4.	JUSTIÇA MULTIPORTAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	439
1.	Contornos da administração pública.....	439
2.	Modelo gerencial de administração pública e a consensualidade.....	443
2.1	Mediação e o regime jurídico-administrativo .....	447
2.2	Distinção entre a conciliação e a mediação.....	450
2.3	A mediação nos conflitos envolvendo a fazenda pública .....	451
3.	Desjudicialização e administração pública .....	453
4.	Arbitragem e administração pública.....	456
5.	Consensualidade no processo administrativo disciplinar.....	459
6.	Tribunais administrativos multiportas .....	462
6.1	Tribunal de Contas da União .....	462
6.2	Cade .....	464
6.3	Tribunal desportivo .....	466
7.	Conclusão .....	467

5. JUSTIÇA MULTIPORTAS NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS...	469
1. Introdução .....	469
2. Dos variados métodos de solução de conflitos na Lei 14.133/2021 .....	470
3. A autocomposição na Lei de Licitações .....	475
4. A mediação na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	477
4.1 Generalidades sobre a Lei 14.133/2021 e os caminhos para a mediação .....	479
4.2 Desafios da mediação nos procedimentos envolvendo licitações e contratos administrativos.....	480
5. Dos comitês de resolução de disputas ( <i>dispute boards</i> ) .....	484
6. Da arbitragem.....	485
7. Conclusões.....	487
6. JUSTIÇA MULTIPORTAS TRIBUTÁRIA.....	489
1. Introdução .....	489
2. Evolução legislativa.....	490
3. CNJ e o contencioso tributário .....	491
4. Métodos de tratamento adequado dos conflitos tributários .....	494
4.1 Conciliação e mediação .....	494
4.2 Convenções processuais.....	494
4.3 Parcelamento .....	497
4.4 Transação tributária .....	498
4.5 Arbitragem tributária .....	505
5. Notas sobre o PLP 125/2022 .....	506
5.1 Comentários ao artigo 9º .....	506
5.2 Comentários ao artigo 10 .....	507
6. Contencioso tributário e tecnologia .....	512
7. Conclusão .....	514
7. JUSTIÇA MULTIPORTAS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	517
1. Introdução .....	517
2. Consensualidade e interesse público.....	518
3. Evolução da autocomposição na Improbidade Administrativa .....	519
4. A consensualidade na Lei de Improbidade Administrativa .....	524
5. Admissão de outras modalidades de autocomposição em matéria de improbidade administrativa .....	527
6. Improbidade Administrativa e Processo Civil.....	528
7. Conclusão.....	530

8. JUSTIÇA MULTIPORTAS E SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS .....	533
1. Introdução .....	533
2. Fomento à desjudicialização .....	534
3. Autocomposição e serventias extrajudiciais .....	535
4. Conciliação e mediação nas serventias extrajudiciais .....	536
5. Conclusão .....	540
9. JUSTIÇA MULTIPORTAS E TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E ESTRUTURAIS..	541
1. Introdução .....	541
2. Tutela coletiva.....	541
3. A justiça coletiva como dever do estado.....	542
4. A positivação de princípios autocompositivos específicos previstos no PL 1.641/21.....	547
4.1 Transparência e publicidade em contraposição à confidencialidade.....	549
5. Tratamento adequado de conflitos estruturais .....	554
5.1 Introdução .....	554
5.2 Características dos casos complexos.....	555
5.3 Processo estrutural .....	556
5.4 Etapas da atuação judicial nos casos complexos.....	560
5.5 Desafios concretos no julgamento de casos complexos.....	563
5.6 Iniciativas legislativas acerca dos conflitos estruturais .....	566
6. Conclusões.....	570
10. JUSTIÇA MULTIPORTAS E CONFLITOS AMBIENTAIS .....	573
1. Introdução .....	573
2. Tendência à autocomposição e a desjudicialização.....	574
3. Conciliação e mediação no âmbito dos direitos transindividuais.....	576
4. Meios extrajudiciais e tutela do meio ambiente.....	578
5. Tutela judicial do meio ambiente e de outros direitos transindividuais.....	583
6. Conclusão .....	586
11. JUSTIÇA MULTIPORTAS E A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE.....	587
1. Introdução .....	587
2. A lógica consequencialista nas decisões judiciais: a atuação direcionada à consecução de políticas públicas do ordenamento constitucional e o contexto de judicialização.....	588
3. Judicialização da saúde pública no Brasil.....	592

3.1	O sistema de saúde brasileiro: a saúde pública frente à iniciativa privada.....	593
3.2	Principais questões afetas à judicialização da saúde pública .....	596
4.	O papel das advocacias públicas nas demandas de saúde e o problema da litigiosidade repetitiva.....	599
5.	O CNJ e a judicialização da saúde.....	603
6.	Propostas para enfrentamento da judicialização da saúde: diálogos entre as advocacias públicas e o poder judiciário .....	605
7.	Considerações finais.....	607
12.	JUSTIÇA MULTIPORTAS TRABALHISTA.....	609
1.	A consensualidade no direito do trabalho .....	609
2.	O impacto da pandemia nas relações de trabalho .....	611
3.	Justiça multiportas na justiça trabalhista.....	614
4.	Convenções processuais no processo do trabalho .....	616
5.	Arbitragem trabalhista.....	618
13.	JUSTIÇA MULTIPORTAS NO ÂMBITO EMPRESARIAL.....	621
1.	Introdução .....	621
2.	Características dos conflitos de natureza empresarial.....	624
3.	A resposta do CNJ à crise pandêmica.....	630
4.	O tratamento de conflitos empresariais no CNJ na Lei 14.112/2020 .....	631
5.	A especialização dos conciliadores e mediadores judiciais.....	635
6.	A formação dos facilitadores em matéria empresarial .....	637
7.	Conclusão .....	639
14.	JUSTIÇA MULTIPORTAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	641
1.	Generalidades.....	641
2.	Da recuperação judicial como processo estrutural .....	643
3.	Da autocomposição prévia e incidental nos processos de recuperação judicial.....	647
4.	Convenções processuais na recuperação judicial.....	654
5.	Cooperação processual e judiciária.....	655
6.	Conclusões.....	655
15.	JUSTIÇA MULTIPORTAS E SUPERENDIVIDAMENTO.....	657
1.	Introdução.....	657
2.	O direito ao crédito pelo consumidor e o cenário de crise do inadimplemento.....	659
3.	Superendividamento do consumidor: conceitos e pressupostos.....	661

4.	O superendividamento como conflito estrutural .....	665
5.	Linhas gerais sobre a tutela do consumidor nos contratos de crédito .....	667
6.	O papel do poder judiciário no contexto do superendividamento .....	670
6.1	A atuação do conselho nacional de justiça na construção de diretrizes para tratamento dos superendividados .....	674
6.2	Algumas considerações sobre a sistemática dos juizados especiais cíveis .....	676
7.	Enunciados do fonamec sobre o superendividamento .....	677
8.	Programa desenrola .....	682
9.	Conclusão .....	683
16.	JUSTIÇA MULTIPORTAS NAS RELAÇÕES FAMILIARES .....	685
1.	Introdução .....	685
2.	Mediação: conceito e características .....	686
2.1	Flexibilidade do procedimento .....	688
2.2	Espécies de mediação .....	689
3.	Mediação familiar .....	692
3.1	Aspectos processuais .....	693
4.	Mediação familiar nos tribunais nacionais .....	696
5.	Conclusão .....	700
17.	JUSTIÇA MULTIPORTAS E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO .....	703
1.	Premissas iniciais .....	703
2.	Análise econômica do processo ( <i>law and economics in legal process</i> ) .....	704
3.	Análise econômica da autocomposição .....	707
4.	Soluções cooperativas e justiça multiportas .....	709
5.	Conclusões .....	712
	CONCLUSÃO: O FUTURO DA JUSTIÇA MULTIPORTAS .....	715
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	717